

EDITORIAL

Encerrando as edições de 2016, a Revista Interface traz um conjunto de dez textos com diversidade temática e uma preocupação comum: convidar à reflexão, incitar o debate crítico e político sobre temas que, mesmo sendo já conhecidos dos leitores ganham vida nova conferida pelos seus autores.

Principiando a sequência de artigos, destaca-se o trabalho **Análise do Toyotismo e dos seus Princípios Racionalizantes Aplicados à Gestão da Produção e do Trabalho**. Trata-se de estudo sobre modelo de racionalização e gestão do trabalho: o toyotismo. A análise demonstra que o modelo é um dos que mais influencia o mundo da produção e do trabalho e supera o taylorismo-fordismo em termos de racionalização do trabalho, em especial porque o seu princípio básico – o produtivismo - se tornou um “valor universal”.

Na sequência, o trabalho intitulado **Competências Organizacionais e Internacionalização de Empresas: um ensaio teórico** revisa as teorias de internacionalização e os estudos que a relacionam com as competências organizacionais. A análise constata que a maioria dos estudos que tratam dessa temática concentra-se nas empresas de grande porte com elevado grau de internacionalização e que no cenário nacional a maioria delas está localizada na região sul e sudeste.

Gestão Pública no cenário nacional é outro estudo abordado nesta edição. Através de pesquisa documental e análise qualitativa dos artigos publicados sobre a temática no período de 2006 a 2015 o artigo intitulado - **Inovação no Setor Público: um olhar sobre os estudos brasileiros** objetiva identificar as principais teorias sobre inovação na gestão pública que estão sendo aplicadas ou desenvolvidas no Brasil.

A valorização e promoção dos museus através da inserção e fomentação da economia criativa é um fenômeno recente e pode vir a ser muito mais que uma atividade empreendedora. É o que evidencia o artigo **Economia Criativa no Museu Casa da Festa em São Luís - MA: estratégias, inovações e o desenvolvimento do turismo cultural**, estudo de

cunho teórico que aborda as possibilidades de diálogo entre economia, turismo, cultura e educação com vistas à promoção do desenvolvimento integral das comunidades.

Esta edição contempla também o estudo sobre o marcante fenômeno político e social no início do período republicano: **Coronelismo e Direito Eleitoral na Velha República**. Os autores abordam o contexto histórico, político e social brasileiro que sustentou o coronelismo e manteve as normas de direito eleitoral, vigente à época, apontando a significativa importância do coronelismo na evolução e no desenvolvimento do sistema eleitoral do país.

Em seguida, o artigo **O Direito de Acesso à Informação Pública e a Gestão da Informação nas Universidades: estudo de caso em uma instituição pública de ensino superior** aborda o direito e acesso à informação no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Os autores adotam a pesquisa qualitativa, a análise documental, observação participante e visitas *in loco* aos arquivos e ao Serviço de Informação ao Cidadão, concluindo que, em nível institucional, a UFRN tem avançado nessa questão e que a consolidação do acesso às informações preceituadas pela Lei de Acesso à Informação já é uma realidade nessa Instituição.

O artigo **Educação Continuada dos Bibliotecários da UFRN: caracterização da formação na Pós-Graduação** propõe conhecer o nível de formação de 31 servidores Bibliotecários e a sua influência na carreira profissional. O estudo conclui que a formação continuada melhora o relacionamento profissional e interpessoal, amplia conhecimentos e proporciona atualização e aperfeiçoamento no trabalho, impactando positivamente os resultados institucionais.

A economia solidária também é assunto de destaque neste número. Essa inovadora forma de geração de trabalho e renda está retratada no artigo **Tecnologias Sociais e as Redes de Comercialização Solidárias: o caso da rede Xique Xique de comercialização solidária, Rio Grande do Norte – Brasil**. O estudo traz uma abordagem qualitativa e exploratória evidenciando como o ambiente de cooperação em redes de comercialização contribui para a melhoria da renda e para o desenvolvimento social, político e econômico.

Ainda neste número um debate instigante acerca de um direito constitucional básico: o direito à moradia. O artigo **Exclusão Social, Ocupação Urbana e Moradia à Luz do Princípio da Função Social das Cidades** demonstra a relação entre o princípio da função social das cidades estabelecido na Constituição de 1988 e a exclusão social, a fim de analisar sobre as repercussões quanto à ocupação e regulação do espaço urbano e sobre o direito de moradia.

Finaliza esta edição, o artigo **Bandeira de Conveniência: análise sob o prisma ambiental** que analisa os malefícios do uso das bandeiras de conveniência sob o aspecto ambiental, procurando ressaltar as consequências negativas que essa prática pode gerar não só no campo econômico como também no ambiente.

Agradecemos a todos, que direta ou indiretamente, colaboraram com a consolidação da Revista Interface em 2016 e esperamos que a confiança depositada se renove, para que possamos continuar cumprindo nossa missão de estimular, divulgar e ampliar a produção científica sobre questões diversas das Ciências Sociais.

Maria Arlete Duarte de Araújo
Editora-Chefe